TL 1443-25
Ref. TL 1443-25

Intervenção na

COMISSÃO ESPECIAL DE DESCOLONIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS

Nova Iorque, 9 Agosto 1990

por LUIS FILIPE PAULO

Comissão para os Direitos do Povo Maubere

Senhor Presidente
Minhas Senhoras e meus Senhores,

Desejaria em primeiro lugar saudar este órgão e seus distintos membros, que tantos e tão relevantes serviços tem prestado à causa da emancipação dos povos sujeitos à situação colonial e, em segundo lugar, agradecer a oportunidade de poder exprimir algumas palavras em favor dum pequeno, mas heróico povo.

No decurso do período posterior à última reunião desta Comissão verificaram-se profundas e positivas alterações da situação política à escala mundial, de todos conhecidas. Um vento de liberdade varreu o planeta e populações longo tempo sujeitas à vontade discricionária de chefes auto-nomeados tiveram pela primeira vez direito à palavra e à livre escolha. Refiro-me obviamente aos acontecimentos do Leste europeu, mas também - agora no âmbito das situações coloniais, mais do domínio desta Comissão -, à independência da Namíbia e aos promissores desenvolvimentos em curso na África do Sul.

Infelizmente alguns focos de perturbação permanecem. Em alguns pontos do globo (cada vez menos, todavia) ditadores levados ao poder na sequência de golpes sangrentos continuam a perseguir os seus cidadãos enquanto noutros, as populações são impedidas de legitimamente exercer o seu direito de opção.

Encontra-se nesta situação o povo de Timor-Leste. Neste ano de 1990 em que são comemorados com alegria os 30 anos da declaração sobre a Concessão de Independência aos Países e Povos Coloniais, é também assinalada uma efeméride bem mais triste: os 15 anos de ocupação colonial desse território pela Indonésia.

O ano em curso veio encontrar Timor-Leste na situação paradoxal de ser presentemente o mais populoso dos 18 territórios ainda inscritos na lista dos territórios não-autónomos desta Comissão, o que apenas reforça a necessidade e a urgência de encontrar uma solução para o problema.

Apesar do passado distinto da Indonésia no domínio da luta anticolonial (anos 50 e início de 60) e dos seus esforços presentes em se apresentar como libertadora do povo timorense do jugo colonial português e sua benfeitora desinteressada, a verdade é que a presença indonésia em Timor-Leste apresenta hoje todos os traços que caracterizaram o colonialismo clássico europeu tal como o conhecemos do séc. XIX e primeira metade do séc. XX: exploração económica, repressão política e ocupação militar.

A situação de dominação indonésia verifica-se em praticamente todos os domínios da vida económica de Timor-Leste. As mais lucrativas actividades locais (como o café) encontram-se controladas por um número restrito de empresas, normalmente ligadas a interesses militares. O comércio externo está também praticamente monopolizado e os dinheiros investidos no território (parte deles canalizados directamente de ajudas e doações externas) acabam por beneficiar um número muito reduzido de burocratas corruptos ligados a empresas de construção civil e obras públicas. Mesmo as pequenas empresas (como o comércio e os restaurantes) se encontram actualmente praticamente todas nas mãos de indonésios, como o comprovam os comentários de qualquer simples visitante ou turista. São conhecidas as queixas dos timores (incluindo o próprio "Gobernur") quanto à discriminação no preenchimento de cargos públicos em favor de indonésios (normalmente javaneses) mesmo que com menores qualificações.

Em contrapartida, outros "negócios" trazidos pela "missão civilizadora" indonésia, florescem. Nos arredores de Dili, centenas de prostitutas (uma novidade no território, onde eram praticamente inexistentes antes da invasão), oferecem os seus serviços. Nas imediações dos mercados de Becora e Comoro multidões de vendedores de "pé-descalço", imigrados das cidades superpovoadas e pobres de Java acotovelam-se.

Como é normal em casos de domínio colonial, se os colonizadores estão bem, os colonizados não estão. E a situação em Timor-Leste é realmente crítica. Em declarações feitas em 5 de Agosto de 1989 ao "Jakarta Post", o governador do território Mário Carrascalão afirmava que a malária permanece endémica e que os abastecimentos de medicamentos "nem sempre são os necessários". A tuberculose afecta 70% da população e Timor-Leste, segundo ele; disse ainda que dos 61 distritos só 40 têm médico. Existem apenas 25 parteiras diplomadas em todo o território e o número de paramédicos é igualmente pequeno. A taxa de analfabetismo ronda os 92%, grande parte da população vive abaixo do nível de pobreza e o desemprego é extremamente alto.

O mesmo tipo de problemas foi detectado no decurso de um seminário sobre Timor-Leste organizado pelo "Centro de Estudos Rurais e Regionais" da Universidade de Gajah Madja, no início deste ano. Numa intervenção baseada num trabalho de campo realizado no território, o prof. Loekman Sutrisno alertou para o facto da falta de emprego para os jovens timorenses conduzir à agitação social no território, bem como situações de disputas de terras, prostituição, violação de direitos humanos. Segundo L. Sutrisno "muitos timorenses queixam-se de que foram ilegalmente expropriados das suas terras pelas autoridades locais"; quanto à prostituição, a maioria da qual vem de Java", tem tido um impacto negativo na população local", assim como a deslocação de pessoas para novos aldeamentos; segundo este sociólogo, as pessoas queixam-se de que tinham sido forçadas a abandonar as aldeias ancestrais onde podiam cultivar as suas próprias terras. ("Jakarta Post", 6 de Janeiro de 1990). Conclusões análogas a estas (nomeadamente de que a população timorense permanece fortemente traumatizada pela experiência pós-invasão e pelas políticas indonésias de "desenvolvimento" posteriores) estavam contidas num relatório de 130 páginas elaborado por este Centro de Estudos em resposta a uma encomenda conjunta do Banco Central indonésio e da Secretaria de Planeamento e Desenvolvimento de Timor-Leste e foram a causa do cancelamento abrupto dum seminário sobre o tema, previsto para 16 de Abril passado em Dili, de acordo com a "Far Eastern Economic Review", de 3 de Maio de 1990.

Um outro caso gritante de exploração colonial diz respeito ao acordo celebrado em 11 de Dezembro passado entre a Indonésia e outro Estado vizinho tendo em vista a exploração dos recursos minerais do mar de Timor (acordo do "Timor Gap"); em violação flagrante da legislação internacional de Direito Marítimo que não considera válidas as fronteiras traçadas relativamente a territórios não auto-determinados, a Indonésia prepara-se para tomar posse de parte duma imensa riqueza (nos 170.000 km2 da área em questão enconde-se uma das 25 maiores jazidas de petróleo e gás natural do planeta), à revelia dos seus legítimos donos, os timorenses. Apenas o petróleo de Timor permitiria garantir aos timorenses um rendimento médio "per capita" quatro vezes superior aos dos indonésios durante o próximo meio século!

Como é normal nos casos de colonialismo, a exploração económica vem acompanhada de repressão política. Existe um sem número de casos verdadeiramente chocantes de violação dos direitos humanos contemplados nos relatórios de organizações tão prestigiadas como a Amnistia Internacional e a Asia Watch. Farei aqui referência todavia não a esses documentos, mas a excertos da análise insuspeita que um país aliado da Indonésia e seu apoiante na questão de Timor-Leste, faz da situação no território; trata-se do capítulo nos "Country Report on Human Rights" de 1990, dedicado à Indonésia, elaborado pelo Departamento de Estado dos EUA:

Situação geral: "Operações militares ocorrem frequentemente em Timor-Leste (...). Apesar de progressos em certas áreas, incluindo maior liberdade de movimentos (...) importantes problemas de direitos humanos permanecem. Esses problemas incluem (...) detenções periódicas de timorenses suspeitos de simpatias para com a Fretilin, execuções de civis em Timor-Leste (...)"

Execuções sumárias: "Um número estimado de duas dúzias ou mais de civis foram assassinados pelo exército em Timor-Leste, em 1989 (...)"

Desaparecimentos: "Desaparecimentos temporários de pessoas detidas para interrogatórios pelas forças de segurança ocorrem periodicamente"

Torturas: "Vários estudantes presos na sequência da visita do Papa a Timor-Leste em Outubro, foram presumivelmente espancados (...) O bispo Belo e outros alegaram maus tratos e torturas realizadas por forças de segurança em Timor-Leste relativamente a pessoas detidas sob suspeita de auxiliarem ou simpatizarem com os guerrilheiros da Fretilin(...)"

Prisões arbitrárias: "As forças de segurança em Timor-Leste detiveram pessoas durante dias ou semanas em várias ocasiões por suspeita de actividades subversivas.(...)"

Violação da privacidade: "(...) entradas [nos domicílios] forçadas ou sub-reptícias por parte de agentes de segurança parecem ocorrer regularmente, especialmente em Timor-Leste(...) A correspondência não é normalmente controlada, embora o correio de/para Timor-Leste possa ser uma excepção."

Nas condições actuais de dificuldade (ou mesmo impossibilidade) de acesso ao território por parte de observadores independentes, em particular às zonas onde actua a guerrilha, compreende-se que os casos descritos sejam uma pequena parte dos que realmente ocorrem. Em certas ocasiões excepcionais, o turista, o jornalista estrangeiro tem todavia a oportunidade de presenciar ao vivo as cenas de repressão.

Foi o que se passou aquando da visita do Papa João Paulo II em 12 de Outubro de 1989. As palavras que se seguem foram escritas pelo jornalista Francec Valls, testemunha ocular dos acontecimentos em Taci-Tolu, no prestigioso jornal espanhol "El Pais" de 13 de Outubro:

"Faltavam 15 minutos para as 14 horas (sete da manhã em Espanha) quando um grupo de 20 jovens rompeu os cordões de segurança e gritou 'Viva o Papa'. A polícia - armada com enormes cacetes de madeira - fê-los recuar. O Papa olhou para os jovens durante um minuto. A seguir foi mudar de roupa e foi então que a planície de Taci-Tolu (...) se transformou num campo de batalha.

(...) Uma segunda vaga de manifestantes - várias centenas - chegou a uns 20 metros do altar, tentando mostrar um cartaz em que, segundo parece, estaria escrito em letras vermelhas sobre fundo azul a seguinte frase: ' A Fretilin saúda o Papa'. Então começaram os incidentes mais importantes. A polícia bateu com os seus enormes cacetes nos manifestantes e tentou isolá-los no fundo da planície, longe da Imprensa (...)

Entretanto avolumavam-se os gritos a favor da independência de Timor. As forças de segurança começaram a actuar a partir de então com mais contundência contra os jornalistas. Arrebataram violentamente as máquinas fotográficas a dois deles, destruindo os filmes. Os manifestantes envoltos numa grande poeira, defendiam-se atirando cadeiras e pedras contra a polícia. Milhares de pessoas - calcula-se que assistiram à missa cerca de 80.000 - fugiram da luta."

Uma ocasião semelhante proporcionou-se a dois turistas australianos, Jenny Groves e John Andrew McMillan, que em 17 de Janeiro deste ano presenciaram junto ao "Hotel Turismo" em Dili o diálogo travado entre o embaixador norte-americano John Monjo, de visita ao território, e uma delegação de uma ou duas centenas de jovens estudantes timorenses. Após a partida do embaixador americano, os militares e a polícia de intervenção carregaram brutalmente à bastonada e à coronhada sobre os jovens indefesos, ferindo algumas dezenas (dos quais vários em estado grave, eventualmente mortos), os quais foram posteriormente socorridos pela Cruz Vermelha Internacional. Sintomaticamente, o primeiro ponto da carta que os jovens entregaram na altura ao embaixador norte-americano dizia: "Queira senhor embaixador ser nosso intermediário junto do seu governo e do Senado da América para a nossa libertação do colonialismo javanês".

Quando a oposição à política colonial levada a cabo pela Indonésia no território assume maior envergadura que os simples protestos desarmados, como é o caso da luta de guerrilhas que as Falintil conduzem nas montanhas e vilas de Timor-Leste, num combate em tudo semelhante ao desenvolvido nas décadas de 50 e 60 em África pelos movimentos

nacionalistas contra o colonialismo europeu, o ocupante não hesita em recorrer aos expedientes clássicos utilizados então pelas potências coloniais: miscigenação, assimilação cultural, guerra psico-social, aldeias estratégicas de repovoamento, timorização da guerra, ... Tudo já velho, tudo já conhecido...

Mas quando essas técnicas "modernas" de contra-guerrilha falham, sempre restam os grandes meios, a utilização maciça de homens e equipamentos bélicos. Periodicamente a Indonésia opta por esta via em Timor Leste. Presentemente, por exemplo, decorre (desde Fevereiro ou Março) mais uma dessas operações em larga escala. De acordo com documentos recebidos do interior de Timor Leste e com relatos feitos por refugiados timorenses chegados a Lisboa há poucas semanas ao abrigo de programas humanitários da Cruz Vermelha Internacional, um elevado número de batalhões do exército indonésio (que poderá atingir os 40 mil soldados) apoiados por dois esquadrões de helicópteros e cerca de 6 mil milicianos timorenses alistados à força estão envolvidos em mais uma operação de limpeza contra a guerrilha. Recorde-se que o contingente médio indonésio em Timor Leste (15 a 20 mil homens) faz deste território a zona mais militarizada do globo (o número de soldados por km2 apenas é ultrapassado, ligeiramente, no caso de Israel).

O regime militar não faz segredo das suas intenções neo-coloniais agressivas. Num discurso proferido em Dili em 3 de Fevereiro último e transcrito pelo jornal australiano "Sunday Herald" de 11 de Março, perante uma audiência composta pelas principais autoridades civis e militares de Timor Leste, o ministro da defesa indonésio L.B. Murdani disse-o claramente: " No passado houve alguns pequenos países que quiseram caminhar sózinhos e, sem hesitar, o governo indonésio tomou medidas para os deter. Todas as forças ao nosso dispor foram usadas para impedir a criação de pequenos Estados. Isto também diz respeito a Timtim [Timor-Leste]. (...) Por isso, não tentem ser heróis da última hora, batendo no peito e proclamando eu sou um patriota timorense. Não existem patriotas timorenses, só há patriotas indonésios. Não existe uma nação Timor, só há um nação indonésia. (...) Eu já disse, se tentarem organizar o vosso próprio Estado e esse movimento for forte, será esmagado pelo ABRI [exército indonésio]. O ABRI pode falhar na primeira vez, mas tentará uma segunda e uma terceira. (...). Esmagá-los-emos a todos! Repito, esmagá-los-emos a todos !"

Senhor Presidente,
Minhas Senhoras e meus Senhores

A história de Timor-Leste nestes últimos quinze anos tem sido uma história de dor e de heroísmo. É a resistência heróica do seu povo ao jugo colonial indonésio que faz com que a situação jurídica do território se mantenha desde a década de 60, quando pela primeira vez foi inscrito por esta Comissão na lista dos territórios não autónomos.

Os timorenses hoje como então aspiram a poder decidir sobre o seu futuro, livremente e sem tutelas. Eles exigem que o conteúdo da Carta das Nações Unidas e das sucessivas Resoluções pertinente (nomeadamente a 1514) seja levado à prática e possam exercer o direito à autodeterminação.

A fórmula sugerida no ano de 1989 pelo Bispo de Dili, Monsenhor Belo, em carta dirigida ao Secretário Geral da ONU, de realização de um "referendum" por votação directa, universal e secreta, sob a supervisão das Nações Unidas e da comunidade internacional, parece reunir condições para poder ser considerada como uma proposta séria e equilibrada.

Conjuntamente com as etapas prévias que pressupõe (abertura do território sem restrições a observadores independentes e organizações humanitárias internacionais, cessar-fogo, retirada do exército invasor, organização de uma Administração de transição) é mesmo o único esboço de solução com algum grau de verosimilhança e plausibilidade.

É dever moral e histórico desta Comissão escutar, apoiar e encorajar os povos que ainda hoje, no dealbar do novo milénio, sofrem de uma situação injusta de dominação cruel por outro Estado. Que a inspiração dos lutadores que com êxito foram passando por este órgão ao longo das últimas décadas nos possa ajudar a extirpar definitivamente esse cancro da História moderna, ainda bem vivo em Timor-Leste, o colonialismo.

Muito obrigado.

(Nova Iorque, Agosto de 1990)